

# Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos<sup>1</sup>

---

*Carlos Vainer<sup>2</sup>*

*Fabricio Leal de Oliveira<sup>3</sup>*

*Pedro de Novais Lima Junior<sup>4</sup>*

Em 1990, em palestra pronunciada no Encontro Anual da Association of Collegiate Schools of Planning realizado em Austin, no Texas, Manuel Castells interpelou a audiência com uma forte afirmação e uma provocante pergunta: “*O mundo mudou: o planejamento pode mudar?*”. Ao lado de algumas constatações – “*O fracasso histórico <...> das economias de planejamento centralizado*” – e de algumas profecias não realizadas – “*O aparentemente irreversível declínio da supremacia americana, ao lado da*

1. Esse texto tem como base os relatórios da pesquisa “Grandes Projetos Urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira?”, especialmente o relatório final, síntese da pesquisa, elaborada por seu coordenador, Carlos Vainer. Foram incluídas, também, observações e análises de tópicos da pesquisa (*Estudo Comparativo e Survey*) elaborados por Fabrício Leal de Oliveira e Pedro Novais, e outras referências e atualizações produzidas para este livro. A pesquisa, realizada entre 2005 e 2006 – com recursos do Lincoln Institute of Land Policy e coordenação do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETTERN/IPPUR/UFRJ) – contou com a participação de diversas universidades e instituições brasileiras. A discussão metodológica envolveu professores e pesquisadores da UFRJ, UFF, USP, UNICAMP, UNESP, UFV, UFBA e IPARDES: Carlos Vainer, Alberto de Oliveira, Ana Fernandes, Fabricio Leal de Oliveira, Fernanda Sánchez, Glauco Bienenstein, Mariana Fix, Rosa Moura e Pedro de Novais Lima Junior.

2. Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Coordenador do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza – ETTERN/IPPUR/UFRJ e Pesquisador I do CNPq.

3. Professor Adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Pesquisador do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza – ETTERN/IPPUR/UFRJ.

4. Professor Adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Pesquisador do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza – ETTERN/IPPUR/UFRJ.

*igualmente irreversível ascensão do Japão, e da relativa melhoria de posição da Europa Ocidental no concerto mundial*” –, uma profissão de fé: “O reconhecimento do mercado como o mecanismo menos irracional para alocar recursos escassos” (CASTELLS, 1990, p. 4)<sup>5</sup>.

Abstraído o brilho conhecido do palestrante, no essencial, nada que já não houvesse sido dito por muitos outros autores. Mas, desta feita, quem fazia tais afirmações era o mesmo autor, melhor seria dizer a mesma autoridade que, anos antes, porta-voz autorizado da mais ortodoxa corrente do estruturalismo marxista francês, havia produzido alentada e pretensiosa crítica da Sociologia Urbana de Chicago e do planejamento urbano de modo geral. O reconhecimento das virtudes do mercado capitalista vinha do mesmo teórico que, nos anos 70, denunciava a *questão urbana* como cortina de fumaça que obscurecia o que estava em jogo nas cidades: a reprodução da força de trabalho (CASTELLS, 1973)<sup>6</sup>. Se não se pode dizer que este foi um *turning point* para a história da disciplina do planejamento, o fato é que o ator e suas circunstâncias conferiram a esta palestra um caráter simbólico: expressão de que um novo pensamento urbano e uma nova concepção de planejamento, que se delineavam desde o início dos anos 80, pareciam aptos a unificar esquerda e direita, ex-marxistas e liberais sob o constrangimento dos novos tempos.

Nos anos seguintes, Castells e outros vão elaborar e reelaborar muitos dos pressupostos deste novo pensamento, que enraizava suas premissas e ideias básicas em outras tantas práticas e momentos simbólicos. Pode-se mesmo afirmar que a literatura sugere quase tantos momentos de ruptura quantos são os autores, críticos ou apologistas. Para uns, tudo começou com La Défense, em Paris; para outros, a gênese estaria em Baltimore, no Battery Park ou nas Docas de Londres; não poucos tomam Barcelona como espaço-

5. Tradução livre de “The world has changed: can planning change?” [...] “The historical failure <...> of centrally planned economies” [...] “The seemingly irreversible decline of American supremacy, with the equally seemingly irreversible ascent of Japan, and the relative improvement of the position of Western Europe in the world concert” [...] “the recognition of the market as the least irrational mechanism to allocate scarce resources”.

6. Castells vai renegar de maneira inequívoca suas críticas à sociologia urbana dos anos 70 no trabalho que produziu com Jordi Borja para a II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II: “<...> *la ciudad, tanto en la tradición de la sociología urbana como en la conciencia de los ciudadanos en todo el mundo, implica un sistema específico de relaciones sociales, de cultura y, sobretudo, de instituciones políticas de autogobierno*” (BORJA; CASTELLS, 1997, p. 13)

-tempo de consagração dos novos modos de planejar e fazer cidades. Não é relevante arbitrar essa disputa em torno a pioneirismos, mesmo porque cada um destes eventos marcantes trouxe sua contribuição para a constituição e consolidação das concepções de cidade e modelos de planejamento urbano que se tornariam largamente hegemônicos, inclusive na América Latina.

Especialmente a partir dos anos 90, manuais de gestão municipal, roteiros de planejamento estratégico de cidades e orientações para projetos urbanos propõem a promoção do crescimento econômico e da competitividade, assim como o envolvimento do setor privado, em substituição às práticas urbanísticas de domínio exclusivo do Estado: ações normativas, eventualmente distributivas e participativas. Pode-se dizer que nos anos 90, inclusive no Brasil, o *Master Project* tomou o lugar do *Master Plan*, que prevalecera nas décadas anteriores. Apesar de o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) ter reacendido as expectativas em torno dos planos diretores ao concentrar na sua regulamentação municipal um conjunto de possibilidades de intervenção pública na dinâmica urbana capazes de ampliar o acesso à moradia e à cidade, como mostra pesquisa recente de âmbito nacional (OLIVEIRA, 2011), em poucos lugares do Brasil os novos planos diretores implicaram alteração significativa nas práticas das administrações públicas, geralmente comprometidas com estratégias de promoção das cidades e de ampliação das suas condições de competitividade para atração de investimentos e empregos.

A produção literária sobre grandes projetos urbanos, seja ela prescritiva ou descritiva, apologética ou crítica, indica a consolidação de novas práticas de decisão e intervenção na cidade. A mudança foi, assim, assumida por uns como inexorável (ASCHER, 2001) e criticadas por outros (MOULAERT; RODRÍGUEZ; SWYNGEDOUW, 2003). De fato, o embate entre apologistas ou críticos, ao expressar divergências em torno de pontos comuns, contribui para demonstrar o movimento pelo qual, já há algum tempo, vem passando o planejamento urbano contemporâneo.

Certamente não faltaram propostas de combinação entre atributos dos modelos de planejamento em disputa, assim como há cidades em que se tem experimentado um *mix* de práticas. Lungo, por exemplo, pergunta se “*em lugar da dicotomia entre partir do projeto urbano para construir cidade ou o inverso, não é melhor argumentar que se trata de utilizar os dois caminhos de maneira simultânea*” (LUNGO, 2004, p.27).

Otimismo que a experiência, pelo menos a brasileira, não justifica, pois ali onde modelos e práticas coexistem, a convivência tem sido sempre tensa e o equilíbrio tem se mostrado impossível.

O que releva destacar é que os grandes projetos urbanos constituem, por assim dizer, a face prática, concreta, da adoção das concepções competitivas, *market oriented* e *market friendly*, que são a marca não apenas do modelo de planejamento estratégico de cidades, mas das práticas concretas de muitas administrações públicas municipais e estaduais no Brasil.

Isto tem consequências e impõe opções metodológicas para todos os que, particularmente no Brasil, e na América Latina de maneira geral, se propõem a examinar os resultados de décadas de políticas e intervenções urbanas conduzidas à luz da reforma do Estado e sob a égide das políticas macroeconômicas de reajuste estrutural. Se a reflexão crítica pode focalizar centralmente conceitos, retóricas e representações acerca do que é e do que deve ser a cidade, o exame das consequências práticas deste modelo tem que focalizar centralmente a *performance* dos grandes projetos urbanos.

O esforço realizado por Moulaert, Rodriguez e Swyngedouw (2003) para embasar a discussão teórico-conceitual em estudos empíricos de cidades européias apontou para uma direção promissora, mas seus conceitos e evidências empíricas nem sempre são pertinentes para as realidades das cidades latino-americanas e, em particular brasileiras<sup>7</sup>. Este o ponto de partida e sentido dos estudos que deram origem à pesquisa *Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira?*<sup>8</sup>, campo de produção da grade analítica que tem servido como uma das referências para uma série de estudos e pesquisas sobre grandes projetos urbanos no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte: um olhar, antes empírico que teórico, para as práticas antes que para os conceitos.

Para começar, contudo, é preciso delimitar o que se entende por grande projeto urbano, pois a literatura especializada oferece uma longa e variegada lista de definições. Não é raro que o mesmo autor, conforme o contexto, opere com conceitos distintos e designações variadas. Sem pretender uma revisão exaustiva, caberia assinalar que, apesar de inúmeras

---

7. O risco é que os críticos dos modelos reproduzam o comportamento mimético de seus defensores: adotar de maneira imediata e pouco reflexiva a produção gerada em outros contextos urbanos e intelectuais.

8. Ver nota 1.

divergências e nuances conceituais, o fato é que os autores se reconhecem e sabem exatamente do que estão falando, como sabem que estão falando de uma e mesma família de intervenções urbanas.

A maioria dos autores destaca o tamanho ou um outro indicador de porte da intervenção. Altshuler e Luberoff (2003) optam por definir como indicador sintético do tamanho o volume de investimento – grandes projetos, para os autores, seriam aqueles que custariam pelo menos US\$ 250 milhões<sup>9</sup>. Smolka (2004), por outro lado, enfatiza o volume ou tamanho da intervenção, mas para destacar uma qualidade específica: é por serem operações de larga escala e por envolverem volumosos recursos e extensas superfícies que as grandes intervenções urbanas conseguem afetar os fatores que determinam o gradiente de rendas fundiárias que, via de regra, para os empreendedores e proprietários pequenos e médios, são externalidades que pesam sobre sua atividade e sobre as quais não têm condições de interferir (SMOLKA, 2004).

Assim como os grandes projetos tendem a promover rupturas na dinâmica imobiliária e na formação dos preços fundiários, as formas de envolvimento estatal na sua formulação, operação ou gestão também sofrem descontinuidade. A intervenção do Estado vai muito além de uma participação financeira e é decisiva ao produzir exceções ou renúncias fiscais ou urbanísticas que oferecem ao grande projeto um espaço legal formatado segundo suas necessidades. É aqui, talvez, em que mais se explicita a flexibilidade, elemento central dos novos modelos de planejamento. Assim, pela sua própria natureza e dinâmica, os grandes projetos urbanos supõem e dependem do que se poderia chamar de urbanismo *ad hoc*: o Estado atua menos como regulador e representante dos interesses coletivos da cidade e mais como “facilitador” do projeto (LUNGO, 2004, p. 44).

Críticos e proponentes dos grandes projetos também convergem ao identificarem entre seus atributos específicos o fato de promoverem e dependerem de modalidades de articulação entre as escalas locais, nacional e internacional. Finalmente, os grandes projetos aparecem também, na literatura, como grandes investimentos políticos e simbólicos. A seu modo, expressam e coagulam coalizões políticas e seus projetos de cidade (MOLOTCH, 2006; VAINER, 2002).

Investimento financeiro, institucional, político, simbólico, urbanísti-

---

9. Valor de 2003.

co-arquitetônico, os grandes projetos, que queremos circunscrever e reconhecer como uma família de intervenções urbanas, poderiam ser definidos como uma intervenção que instaura rupturas na cidade, entendida esta como espaço social multidimensional. Sem pretender uma listagem exaustiva, seria possível indicar alguns tipos de rupturas que os grandes projetos promovem, intencionalmente ou não:

a) Rupturas institucionais, através da implantação e desenvolvimento de novos tipos de arranjo institucional e administrativo, cuja marca é a parceria público-privada, mas cujas formas podem ser as mais variáveis;

b) Rupturas urbanísticas, pela geração de espaços que introduzem, pela monumentalidade e/ou qualidades particulares, descontinuidades na malha e paisagem urbanas pré-existentes;

c) Rupturas legais, pela criação de regras *ad hoc* que geram descontinuidades no espaço legal da cidade;

d) Rupturas na dinâmica imobiliária e no gradiente de valores fundiários, pela sua capacidade de alterar os “fatores externos” que intervêm na determinação dos preços da terra e na conformação e distribuição espacial dos modos de uso do solo;

e) Rupturas políticas, ao instaurar ou reconfigurar coalizões políticas que disputam legitimidades e hegemonia no espaço urbano;

f) Rupturas simbólicas, ao produzir novas representações e imagens da cidade;

g) Rupturas escalares, ao introduzir novas relações entre as esferas local, nacional e internacional, tanto do ponto de vista financeiro-econômico quanto do ponto de vista cultural.

Em síntese, os grandes projetos urbanos desencadeiam rupturas nos espaços físico e social, em suas múltiplas dimensões, e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica socioespacial, caracterizadas por reconfigurações escalares e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local.

Certamente, raros ou inexistentes são os projetos que incidem de modo igualmente intenso em todos estes subespaços e provocam equivalentes efeitos institucionais, urbanísticos, políticos, legais, fundiários, simbólicos, escalares. Seja como for, esta abordagem nos permite afirmar que, mais além de uma grande obra, o grande projeto urbano é uma intervenção portadora de expressivo potencial de disrupção. Assim, torna-se pos-

sível escapar de uma definição puramente quantitativa e conferir sentido a elementos presentes, embora de maneira dispersa e pouco sistemática, na literatura do campo.

A complexidade do objeto, portanto, não permitiria a sua consideração a partir de uma única perspectiva, seja ela econômica, social ou política, pois a análise unidimensional frustraria a intenção de penetrar a realidade (LEFEBVRE, 1995).

Por outro lado, o diagnóstico da realidade urbana brasileira permite afirmar que políticas e intervenções urbanas devem ter como foco, valor estruturante e diretriz fundamental, dois objetivos: o alargamento e aprofundamento da cidadania democrática e a redução das desigualdades socioespaciais vigentes na cidade. Assumido este pressuposto, tratar-se-ia de elaborar uma grade analítica que permitisse avaliar se e em que medida os GPUs têm contribuído, ou não, para que nossas cidades sejam mais democráticas e menos desiguais.

O desdobramento desse pressuposto e dessas considerações em uma experiência concreta de pesquisa, que exigia a definição de procedimentos que permitissem a seleção e análise comparativa de um conjunto de projetos brasileiros, resultou na construção de uma matriz de análise abrangente que, a partir das informações e insumos disponíveis, procura abordar os projetos urbanos e suas relações a partir das seguintes ênfases ou dimensões:

a) Dimensão política: refere-se ao contexto sociopolítico (município, estado) da emergência e/ou da implantação do projeto e envolve a análise (i) das coalizões políticas locais e aquelas formadas a partir do projeto, (ii) do contexto político no momento da elaboração e implantação do projeto, (iii) dos grupos e movimentos de apoio e de contestação ao projeto, sua posição social, práticas e discursos.

b) Dimensão institucional: refere-se aos processos decisórios e de controle social na montagem e na implementação do projeto. Envolve a análise (i) das mudanças institucionais identificadas (atores e organizações participantes, parcerias etc.), (ii) dos novos dispositivos legais e/ou modificação da legislação existente, (iii) das características do processo decisório – inclusive as formas de controle social –, (iv) dos modos de operação e implementação do projeto.

c) Dimensão simbólica: relacionada à economia simbólica dos proje-

tos e à sua ordem de justificação. Envolve a análise (i) das referências conceituais, matrizes, valores e representações acionados para fundamentar, justificar e orientar a implementação dos projetos, (ii) das retóricas e discursos em disputa, (iii) das motivações acionadas como justificação, (iv) das referências apresentadas como exemplos ou modelos (autores, experiências, lugares, projetos).

d) Dimensão arquitetônico-urbanística: relacionada aos agentes (consultores, projetistas), à concepção do programa, às referências urbanísticas e arquitetônicas acionadas e às obras de infraestrutura planejadas e executadas e sua relação com a dinâmica urbana. Envolve a análise (i) dos atores responsáveis pela elaboração e implantação do projeto, (ii) das referências urbanísticas (autores, obras, lugares etc.), (iii) do programa e do partido arquitetônico/urbanístico do projeto e sua relação com o entorno e com a cidade, (iv) da linguagem arquitetônica adotada e do padrão tecnológico da obra, (v) das obras de infraestrutura planejadas e executadas em função do projeto, (vi) dos instrumentos urbanísticos/fundiários relacionados ao uso e ocupação do solo.

e) Dimensão fundiária: aborda os processos de geração, apropriação e utilização de mais-valias imobiliárias, à transformação na estrutura fundiária e aos processos de incorporação. Envolve a análise (i) das mais-valias imobiliárias (formas de geração, sua apropriação e uso), (ii) dos processos de incorporação fundiária relacionados ao projeto, (iii) da evolução dos preços na área de implantação em relação ao conjunto da cidade, (iii) da transformação na estrutura fundiária.

f) Dimensão socioambiental: enfatiza a distribuição, pelo território, dos impactos econômicos e ambientais e sua relação com o processo de desenvolvimento urbano. Refere-se também ao acesso social e controle público dos equipamentos, assim como aos deslocamentos compulsórios e aos processos de gentrificação e segregação socioespacial relacionados ao projeto.

g) Dimensão econômico-financeira: relacionada ao financiamento (investimento público e privado) do projeto, aos modos de exploração econômica dos empreendimentos e aos seus impactos do ponto de vista fiscal (receitas tributárias). Enfatiza a análise das modalidades de financiamento e dos modos de exploração econômica do projeto, das formas de participação do poder público e da distribuição de custos e benefícios gerados.



Não se pretende que as análises sejam feitas de forma isolada, mas que se procure construir relações entre as diferentes dimensões – tratam-se, antes, de ênfases que privilegiam determinadas perspectivas. A relevância maior ou menor de cada dimensão é definida de acordo com as características específicas do projeto e do seu ambiente de implantação. Cada projeto analisado exige uma crítica da própria matriz de análise – que é tomada apenas como ponto de partida –, que pode ser complementada ou reduzida de acordo com as necessidades. Como as informações costumam ser limitadas e nem sempre estão disponíveis no tempo adequado, é pouco provável que a análise atenda a todas as dimensões. A orientação de abrangência de análise, contudo, permanece sempre como referência.

Em primeiro lugar, cabe registrar os limites da própria classificação das dimensões analíticas. Não seria difícil, através de procedimentos taxonômicos, decompô-las em um número maior de dimensões, ou, inversamente, agrupá-las em categorias mais sintéticas. Na verdade, o tempo, os recursos, as informações disponíveis e os agentes sociais envolvidos indicarão, em cada caso, o adequado nível de agregação. Mais complexo é o problema decorrente da complexidade das redes causais, suas sinergias e interações. Eis problemas que a sensibilidade dos analistas parece prometer melhores resultados que grandes sofisticações metodológicas.

Esta questão remete para outro e grande problema: quem avalia? Certamente, valores e critérios, mesmo quando estabelecidos com o máximo de objetividade possível, serão compreendidos e acionados de maneira diversa por atores situados em espaços sociais e espaciais distintos. Admitindo-se, pois, a impossibilidade de princípios e procedimentos universalmente adequados, metodologias de avaliação deveriam ser capazes de captar esta diversidade, bem como de contextualizá-las às realidades particulares de cada conjuntura e cada cidade – isto é, de cada situação espaço-temporal. Estas questões ganham enorme relevância quando se pensa em metodologias de avaliação *ex ante*, isto é, procedimentos metodológicos que visariam informar processos decisórios, pois incidem diretamente sobre o próprio desenlace dos grandes projetos. E neste ponto, é bom lembrar que a participação social poder introduzir mudanças de rumo significativas e, inclusive, em alguns, pode significar a inviabilização do projeto.

Finalmente, uma última escolha se coloca no caminho da avaliação: a

temporalidade. Em que horizonte temporal os processos de ruptura devem ser considerados? Quais os tempos que se configuram como adequados? Quantos anos são necessários para medir os efeitos cumulativos de uma grande intervenção sobre os valores e usos do solo? Ademais, não há nenhuma razão para acreditar que efeitos políticos, fundiários, urbanísticos ou simbólicos possam e devam ser pensados como dotados de mesmos ritmos e intensidades temporais, o que torna ainda mais complexos os processos de avaliação.

Na verdade, o problema do horizonte temporal de avaliação não é específico ao objeto deste texto e se coloca para todo e qualquer processo de avaliação de políticas, planos e projetos. Esta questão interpela toda a ciência que toma os processos sociais como objeto de análise, pela natureza intrinsecamente histórica destes processos. Não há solução técnica ou metodológica, e diferentes atores, segundo suas perspectivas e interesses, elaborarão cálculos, diagnósticos e prognósticos nos horizontes temporais com os quais conseguem operar conceitualmente ou para os quais dispõem de informações minimamente consistentes, ou ainda nos quais seus projetos políticos fazem sentido. Teoricamente, o ideal seria acionar diferentes horizontes temporais, de modo a permitir que os tomadores de decisão possam arbitrar não apenas valores, objetivos e critérios, mas também tempos.

### **Comentários finais**

Cabe, por fim, advertir para as limitações de um exercício de avaliação cujos resultados apresentados em diferentes pesquisas sobre grandes projetos (VAINER et al., 2006, COSTA et al., 2008 e 2009) esteve longe de poder considerar, menos ainda resolver, todas as questões aqui alinhadas. Em sua realidade histórica concreta os grandes projetos urbanos se apresentam e são decididos, levados adiante, implantados e vividos como fatos urbanos no pleno sentido da palavra, isto é, como fatos sociais totais. Isto significa que a abordagem que os segmenta por dimensão só tem sentido como instrumento analítico que pretende capturar sua riqueza e complexidade. Apenas para fins analíticos, e apenas com certa dose de reserva, é possível separar o político do institucional e do simbólico, o fundiário do econômico financeiro, e assim por diante. A consciência destas limitações não invalida o exercício de avaliação, mas aponta para a necessidade de

avançar, ampliando as potencialidades de uma metodologia que merece ser ainda criticada e aperfeiçoada.

Como conferir consistência conceitual e técnica a processos de avaliação de grandes projetos e, em particular, a processos de avaliação *ex-ante*, que informem processos decisórios? O desafio metodológico fundamental para os que buscam critérios para a discussão e avaliação da experiência concreta de grandes projetos reside na necessidade e dificuldade de instaurar uma base razoável e o mais objetiva possível<sup>10</sup> num terreno tão atravessado por convicções, paixões, ideologias e interesses. Múltiplos atores, distribuídos nas diversas escalas e hierarquias que conformam a vida urbana, disputam posições e recursos, pois a cidade é arena e objeto de disputas. É este o contexto em que se pensa, aqui, conceber e experimentar uma metodologia que permita avaliar grandes projetos urbanos.

## Referências

ASCHER, F. **Les nouveaux principes de l'urbanisme** (Tradutor, Trans.). Paris: Éditions de l'Aube. 2001.

ALTSHULER, Alan; LUBEROFF, David. *Mega-projects: The changing politics of urban public investment*. Washington, D.C./Cambridge, Mass, Brookings Institution Press/Lincoln Institute of Land Policy, 2003.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia falar: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002, 3ª edição, pp.11-74.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid, United Nations for Human Settlements (Habitat)/Taurus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 45, julho/1996, p. 152-166.

CASTELLS, Manuel. **La question urbaine**. Paris, Maspero, 1972.

---

10. Se a pretensão de objetividade constitui ingenuidade ou má-fé quando se trata de ciências sociais, tal não desobriga o trabalho científico de uma busca permanente por graus máximos de objetivação tanto da posição da qual fala o pesquisador, quanto dos resultados de sua pesquisa.

CASTELLS, Manuel. **The world has changed: Can planning change?**. Austin, Texas, ACSP, 1990 ( Keynote Speech, mimeo.)

CHOAY, Françoise. **Regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 1985.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo: utopias e realidades.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

COSTA, H. S. M. (coord.), CARDOSO, A. L. (coord.), OLIVEIRA, F. L., COSTA, G. M., FARIA, J. R. V., PAIVA, C. C., VAINER, C., VIANA, R. M., FERREIRA, T. M. A., GARCIA, R. A., MATOS, R. E. S., SAADI, A. **Estudo sobre os impactos oriundos de iniciativas localizadas no eixo norte da RMBH e definição de alternativas de desenvolvimento econômico, urbano e social para o município de Belo Horizonte.** Relatório Técnico. Belo Horizonte: IGC/UFGM e IPPUR/UFRJ, 2008.

COSTA, H. S. M. (coord.), VAINER, C. (coord.), OLIVEIRA, F. L., COSTA, G. M., FARIA, J. R. V., PAIVA, C. C., MENDONÇA, J. G., CARMO, L. N., MONTE-MOR, R. L. M., NASCIMENTO, N. O., BAPTISTA NETO, O., LAGE, S. D. L. E., INACIO, R. A. C., ANDRADE, H. **Estratégia de Desenvolvimento da Cidade, com foco na redução da desigualdade social e da pobreza, para o Vetor Norte e Área de Influência do Contorno Viário Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).** Relatório Técnico. Belo Horizonte: UFGM e IPPUR/UFRJ, 2009.

FERNANDES, Ana. **Grandes Projetos Urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira.** Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Bahia, Brasil). Relatório Final. Rio de Janeiro, 2006, mimeo.

FIX, Mariana. **Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano: O que se pode aprender com a experiência brasileira.** Estudo de caso: Operação Urbana Faria Lima. Relatório 2. Rio de Janeiro, 2006, mimeo.

GARAY, Alfredo M. El montaje de una gran intervención urbana. In: LUNGO, Mario (compilador). **Grandes proyectos urbanos.** San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 2004, pp. 69-145.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995

LUNGO, Mario. Grandes proyectos urbanos: una visión general. In: Lungo, Mario (compilador). **Grandes proyectos urbanos.** San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 2004, pp. 15-68

MOLOTCH, Harvey, **The City as a Growth Machine.** Disponível em: <http://nw-ar.com/face/molotch.html>. ultimo acesso: 30/05/2006

MOULAERT, Frank; RODRIGUEZ, Arantxa; SWYNGEDOUW, Erik. **The globalized city: economic restructuring and social polarization in European Cities**. Oxford, Oxford University Press, 2003.

NOVAIS, Pedro; OLIVEIRA, Fabricio et al.. **O que se pode aprender com a experiência brasileira**. Survey: Relatório Final. Rio de Janeiro, 2006, mimeo.

OLIVEIRA, Fabricio.. Os novos planos diretores municipais brasileiros: uma avaliação preliminar. In: **ANAIS do XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

SMOLKA, Martin. Presentación. In: LUNGO, Mario (compilador). **Grandes proyectos urbanos**. San Salvador, El Salvador: UCA Editores, 2004, pp. 11-14.

VAINER, C. (coord.), NOVAIS LIMA JR., P., OLIVEIRA, F. L., SÁNCHEZ, F., BIENENSTEIN, G., OLIVEIRA, A., FIX, M., MOURA, R., FERNANDES, A. M. **Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira**, 2006. Relatório técnico. Rio de Janeiro: LILP e IPPUR/UFRJ, 2006.